



# IMPOSTO PODE SER INVESTIMENTO?

A crise fiscal brasileira é tão grave que, para evitar um desastre, o próximo governo deverá realizar uma operação dolorosa: reduzir despesas e aumentar receitas. Objetivo: eliminar o déficit primário, estimado em R\$ 159 bilhões, que alimenta a dívida pública.

Se essa dívida crescer em taxa inferior à do produto interno bruto (PIB), a confiança dos investidores retornará. Os investimentos aumentarão, garantindo um novo ciclo de expansão da economia.

O problema é: como zerar o déficit? Mesmo equacionando o desequilíbrio da Previdência e reduzindo as despesas, dificilmente escaparemos de uma expansão da carga tributária.

A linha de menor resistência, sabemos, é o aumento de impostos indiretos. Os pobres são as vítimas preferenciais dessa medida. O consumo da maioria da população encolhe, dificultando a retomada do crescimento.

A melhor alternativa é aumentar a carga sobre os mais ricos. A acumulação de riqueza ocorre na forma de propriedades imobiliárias, títulos financeiros, bens de luxo (carros, iates, aviões), joias, obras de arte etc. Se um imposto for lançado sobre essa riqueza de pessoas físicas, o impacto sobre a esfera produtiva é praticamente irrelevante. Reduzindo o déficit e a dívida, esses recursos podem impulsionar o crescimento econômico, e todos acabam se beneficiando. Inclusive os mais ricos, cujo patrimônio, na sequência, crescerá ainda mais. Pensemos nesse imposto como um investimento: se ajudar a economia a crescer, os dividendos distribuídos aos ricos acionistas, hoje não tributados, crescerão também, compensando (até com acréscimos) o imposto inicialmente pago.

As fortunas dos candidatos à presidência em 2018 refletem a desigualdade da acumulação de

riquezas no Brasil: dois multimilionários, alguns pequenos milionários, outros apenas remediados e um deles de patrimônio zero. Um dos multimilionários com chances pífias de vitória declara que gastará na campanha cerca de R\$ 20 milhões de seu próprio bolso.

Um candidato ao senado pelo Distrito Federal afirma possuir fortuna de mais de 600 milhões de reais. Postulantes em todo o Brasil revelam manter 300 milhões de reais em dinheiro vivo “em lugar seguro”. Perdem, passivamente, cerca de 4% ao ano com o “imposto” inflacionário.

A Planta Genérica de Valores da cidade de São Paulo mostra que os dez maiores proprietários de terrenos vazios, pessoas físicas, controlam cerca de 2,5 milhões de metros quadrados, cujo valor de cadastro (inferior ao de mercado) alcança 860 milhões de reais.

Se durante o próximo mandato todos os multimilionários contribuissem anualmente com 1,25% do valor de seu patrimônio, tais recursos poderiam cobrir quase a metade do déficit anual atual. Seria uma importante colaboração para o equilíbrio fiscal.

Detalhe: aplicações no mercado financeiro rendem mais de 3% ao ano em termos reais. Transferir 1,25% ao Tesouro não impediria que o patrimônio dos mais ricos continuasse a aumentar. Além disso, com a volta do crescimento da economia, a riqueza patrimonial não financeira tenderia também a se valorizar.

Seria pedir muito para ajudar a tirar o país da crise? Talvez, considerando que historicamente os mais ricos têm preferido correr o risco de um desastre a abrir mão de uma pequena parte de seus privilégios.

SE O IMPOSTO SOBRE OS MAIS RICOS AJUDAR A ECONOMIA, OS DIVIDENDOS CRESCEM, COMPENSANDO (ATÉ COM ACRÉSCIMOS) O TRIBUTADO PAGO.